

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 171ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/05/2026 - 9h30

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) – Piracicaba/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Gilda Carneiro Ferreira (T) Miguel Madalena Milinski (S)
AEAAV	José Luiz Martini (T)
AEAP	Maurício Magossi (T)
AERC	Hélio Augusto Povoas Schmidt (T)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Melissa Pin Lucheti (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiá	Talita Rodrigues (T)
DONME	João José A. de Abreu Demarchi (T)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S)
IAC	Ricardo Marques Coelho (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
ONDAS	Renata de Faria Rocha (T)
P.M. de Campinas	Vânia Candida Batista da Silva (S)
P.M. de Iracemópolis	Cleber Zuzi Gonçalves de Lima (S)
P.M. de Itatiba	Alcides Gilberto Trevine (T) Edson Carvalho (S)
P.M. de Limeira	Juvenal Soares de Araújo Neto (T)
P.M. de Piracicaba	Evelise Moncaio Moda (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	Aline Maria Leite de Moraes (S)
P.M. de Salto	Carlos Manoel do Nascimento Faria (T)
SAA	Melissa Pin Lucheti (S)
SANASA	Vânia Candida Batista da Silva (S) Luis Cláudio de Assis (S)
SEMAE	Juliano Henrique Ferrarezi (S)
SIMBiOSE	Bruna Locardi Machado (S)
Sindicato Rural de Campinas	Nilton Piccin (S)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICA	André Elia Neto (T) Bartira Elia (S)

Membros ausentes	
Entidades	
AFOCAPI	
APTA/SAA	

COPLACANA	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Louveira	
Química Amparo	
Rotary International - D4590	
SAAEJA	
UNICAMP	

Membros ausentes com justificativas	
Entidades	
ABES-SP	
P.M. de Torrinha	
SEMIL/DPFA	
Usina dos Sonhos	

Demais presentes	
Entidade	Representante
AEAP	Amanda
Comitês PCJ	Denis Herisson da Silva
Fundação Agência das Bacias PCJ	Camila Souza
	Felipe Requena
	Gabriela Salata
	Jaqueline Costa
	Kaique Barretto
	Luclecia soares
	Luiz Paulo Colassio
	Nathalia Corá
	Patricia G. A. Barufaldi
	Raquel Quirino
	Sergio Razera
	Tainá Moura
GAEMA PCJ	Ivan Carneiro Castanheiro
Maluna Ambiental	Gabriela Alcantara Rafaela Rossi
P. M de Jarinu	Clodoaldo José Censi Antonio
P. M de Limeira	Emanoelly Zarus
P. M de Mogi Mirim	Valdir Luiz Biazotto
P. M de Piracicaba	David Munhoz de Almeida
Sem registro de entidade	Rosangela Piccin

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2026, realizou-se na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 171ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/05/2026 - 9h30 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) – Piracicaba/SP

Piracicaba (AEAP), em Piracicaba/SP, a 171ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 15 de maio de 2026. **2. Abertura da 171ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural):** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural, e pela Sra. Melissa Pin Lucheti, representante da Diretoria de Assistência Técnica Integral e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CATI/SAA) e coordenadora-adjunta da CT-Rural, que agradeceram pela presença de todos e informaram a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, o Sr. João Baraldi agradeceu à AEAP pelo apoio na organização e disponibilização do espaço. Passou a palavra ao Sr. Maurício Magossi, representante pela mesma entidade na CT-Rural, que deu as boas-vindas aos presentes, agradeceu a participação de todos e desejou uma excelente reunião. Por fim, o Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, representante do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), e o Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Fundação Agência PCJ), cumprimentaram os participantes e deram as boas-vindas. **3. Apresentação sobre Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: Critérios e metas:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Raquel Quirino, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, explicou que sua fala tinha como objetivo apresentar os critérios e metas anuais de capacitação dos membros. Trouxe uma breve contextualização sobre o papel dos Comitês PCJ e sobre a relevância da capacitação, destacando a importância do preparo contínuo diante da diversidade e complexidade dos temas tratados nas Câmaras Técnicas, visando qualificar a participação, reduzir assimetrias de conhecimento, fortalecer o embasamento técnico das decisões e possibilitar a integração entre teoria e a prática. A institucionalização

do tema se dá com a aprovação e implementação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, instrumento orientador das ações de capacitação, elaborado em 2021, inicialmente para atender a uma exigência do Programa Nacional de Fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O plano possui um horizonte de atuação de 5 anos, cuja versão mais recente foi aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25](#), com vigência até 2030. Além de estar alinhado com instrumentos internos como Plano de Bacias e a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, o plano também atende aos critérios da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que estabelece a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Ressaltou que a capacitação corresponde a 25% da pontuação dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos, sendo necessário capacitar mais de 50% dos membros anualmente para obtenção da pontuação máxima. Com relação aos cursos, orientou que sejam realizados dentro das temáticas de meio ambiente e recursos hídricos, dentro do ano vigente (2026), incluindo cursos técnicos, especializações, cursos online e participação em eventos, palestras e workshops, independentemente de serem promovidos ou não pelos Comitês PCJ. Citou como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), bem como o portal de capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cujo catálogo de cursos está incorporado à plataforma da Escola Virtual de Governo ([EV.G](#)). Destacou que o processo de capacitação é contínuo, ocorrendo também no âmbito das reuniões das Câmaras Técnicas, plenárias e grupos de trabalho. Complementarmente, orientou que os certificados devem ser encaminhados ao [e-mail](#) da Secretaria Executiva, sendo fundamentais para o registro e acompanhamento das metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, bem como do indicador 2 previsto na Deliberação CRH nº 248/2021. Por fim, reforçou o papel

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 171ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/05/2026 - 9h30 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) – Piracicaba/SP

dos membros na busca por formação contínua e no envio dos comprovantes, contribuindo diretamente para o desempenho institucional dos Comitês PCJ e para a ampliação do acesso aos recursos financeiros. **4. Informes:** O Sr. João Baraldi passou para os informes. **4.1. da Coordenação:** a) A Sra. Melissa informou que participou do 3º Fórum Brasil das Águas, realizado entre os dias 04 e 08 de maio de 2026, em São Luís/MA. **4.2. dos membros:** a) O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto (AAMHOR) e Prefeitura Municipal de Rio Claro (P.M. de Rio Claro) informou sua participação em duas reuniões. A primeira tratou da Unidade de Gestão de Projetos (UGP), onde foram realizados alinhamentos com a empresa Maluna Soluções Ambientais, vencedora da licitação para a execução dos Projetos Integrais de Propriedade (PIPs). A segunda reunião sobre o projeto Propriedade Rural Amiga da Água, juntamente com a empresa contratada para sua execução, onde foram discutidos o lançamento da cartilha e as capacitações previstas no cronograma do projeto; b) O Sr. Maurício Magossi, informou que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de São Paulo disponibiliza a plataforma Crea-Capacita, que oferece diversos cursos gratuitos de capacitação, e convidou os participantes a conhecerem, disponível no [link](#). **4.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Luclecia Aparecida Martins Soares, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes, sendo: **a) Exclusão de membros:** informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi excluída da CT-Rural as seguintes entidades: Elo Ambiental e DAAE Rio Claro. Destacou que as entidades excluídas só poderão voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2027-2029); **b) Próximos eventos:** informou sobre o evento “Resiliência em Períodos de Estiagem”, com o tema “Planejamento para Implementação de Planos de Contingência para Escassez Hídrica”, organizado pela

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no âmbito do GT-Estiagem, em parceria com a ARES-PCJ. O evento está previsto para ocorrer no dia 27/05/2026, com início às 9h00, com transmissão ao vivo pelo canal da ARES-PCJ no [YouTube](#). Mais informações estão disponíveis na página de “[Eventos](#)” do site dos Comitês PCJ; **c) Próxima reunião da CT-Rural:** a Sra. Luclecia comentou que a próxima reunião da CT-Rural está prevista para ocorrer no dia 24/07/2026, por videoconferência. Mais informações na [agenda](#) da CT-Rural no site dos Comitês PCJ. **5. Aprovação da minuta da Ata da 170ª Reunião Ordinária:** O Sr. João Baraldi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 170ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 27/03/26, por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta, não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **6. Introdução à Política de Mananciais e seu processo de revisão:** O Sr. Denis Herisson da Silva, Secretário-Executivo do CBH-PCJ e PCJ Federal, apresentou a Política de Mananciais das Bacias PCJ, contextualizando a situação dos recursos hídricos na região, os desafios relacionados ao aumento da demanda e às mudanças climáticas, bem como o histórico de criação e evolução dos Comitês PCJ, destacando sua atuação na gestão integrada dos recursos hídricos e na implementação de instrumentos de planejamento e gestão das Bacias PCJ. Na sequência, ressaltou os avanços obtidos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, destacando que, apesar dos investimentos realizados, as soluções em infraestrutura não são suficientes para garantir a segurança hídrica de longo prazo. Nesse contexto, enfatizou a necessidade de fortalecer ações voltadas à proteção e recuperação dos mananciais, com foco na conservação do solo, recomposição florestal, boas práticas agropecuárias e valorização do produtor rural como protagonista na preservação dos recursos hídricos. Além disso, apresentou a metodologia de implementação da Política



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 171ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/05/2026 - 9h30
Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) – Piracicaba/SP

de Mananciais, baseada no planejamento por microbacias hidrográficas, na elaboração de Projetos Integrais de Propriedades (PIPs) e na execução de ações como restauração florestal, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APPs), saneamento rural, conservação do solo e incentivos econômicos aos produtores. Por fim, apresentou os resultados já alcançados pela iniciativa, incluindo a elaboração de 542 PIPs, 367.466 plantios de mudas, a implantação de biodigestores e ações de proteção de nascentes e cursos d'água, além de destacar os principais desafios enfrentados na implementação, como limitações técnicas e financeiras dos municípios, mudanças de gestão e a necessidade de maior integração institucional e engajamento da sociedade. **7. Atualização sobre a execução dos PIPs de Rio Claro pela Política de Mananciais PCJ:** O Sr. Felipe Requena, Coordenador da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, apresentou a atualização da Política de Mananciais PCJ destacando sua evolução desde a aprovação das primeiras diretrizes pelos Comitês PCJ, as revisões realizadas ao longo dos anos e o processo de renovação atualmente em andamento, com foco no aperfeiçoamento das estratégias, diretrizes e mecanismos de financiamento para ampliar a efetividade das ações de proteção dos mananciais. Na sequência, apresentou o cronograma atual da revisão da Política de Mananciais PCJ, o processo de seleção de áreas (programa I e II da Política de Mananciais) e os projetos em execução no âmbito da Política de Mananciais, com destaque para o contrato firmado com a Maluna Soluções Ambientais - LTDA para elaboração dos PIPs no município de Rio Claro, contemplando 143 propriedades rurais distribuídas em quatro microbacias prioritárias. Também detalhou a estrutura dos PIPs e as ações financiáveis pelos Programas I e II da Política de Mananciais, incluindo restauração ecológica, cercamento de áreas, controle de erosão, saneamento rural, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e apoio à gestão e monitoramento dos programas municipais. Por fim, apresentou os resultados alcançados pela Política de Mananciais nas Bacias PCJ, destacando o atendimento a diversos municípios e exemplificando os diagnósticos ambientais e as

intervenções realizadas para recuperação, conservação e proteção dos mananciais. Nesse sentido, a Sra. Rafaela Rossi, representante da Maluna Soluções Ambientais, apresentou os resultados do Produto 03 – Análise Integrada das Propriedades da Área I (Bacia Ribeirão Claro), contemplando o diagnóstico ambiental das 36 propriedades rurais avaliadas. Foram apresentados aspectos relacionados ao zoneamento municipal, caracterização ambiental, uso e ocupação do solo, vegetação, Áreas de Preservação Permanente (APPs), recursos hídricos, resíduos sólidos, restauração ecológica, saneamento rural e conservação do solo. Destacou a necessidade de recuperação de áreas de APP, a implantação de sistemas de saneamento rural por meio de biodigestores e sumidouros, além de práticas de conservação do solo, como barraginhas, curvas de nível e terraços. Ao final, foram apresentados os investimentos estimados para as adequações ambientais, saneamento e conservação do solo, bem como a priorização das ações previstas para a Área I. Após a apresentação, o Dr. Ivan Castanheiro compartilhou relatos de resistência de alguns proprietários rurais durante a implementação das ações e destacou as dificuldades enfrentadas. O Sr. José Luís Martini, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV) comentou sobre a obrigatoriedade do cercamento e dos possíveis impactos dessa prática sobre a fauna silvestre. Em seguida, o Sr. Denis Herrison explicou sobre o Projeto Caxambu, voltado à restauração de nascentes, e questionou como ações semelhantes são desenvolvidas no Estado de São Paulo, bem como as possibilidades de sua aplicação na região. Na sequência, os demais membros discutiram temas relacionados à revisão dos planos, definição de áreas prioritárias, regularização fundiária, recuperação de nascentes e às dificuldades associadas ao uso e ocupação do solo, especialmente em decorrência da pressão do mercado imobiliário. Além disso, compartilharam experiências práticas, abordando desafios, limitações e aprendizados relacionados à implementação de projetos e ações ambientais. Após as discussões, os questionamentos foram esclarecidos pelos membros e pela palestrante. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Baraldi

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 171ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/05/2026 - 9h30 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP) – Piracicaba/SP

agradeceu e seguiu com o próximo item de pauta. **8. Análise do CAR e recuperação ambiental dos PIPs, no contexto das APAS:** A Sra. Melissa destacou a importância da integração entre os PIPs, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), reforçando que as ações de recuperação ambiental previstas, como reflorestamento, recomposição de APPs e recuperação de nascentes, devem estar alinhadas. Ressaltou os desafios na mobilização dos produtores rurais e a necessidade de ampliar a participação dos municípios, destacando a importância da revisão da Política de Mananciais para aprimorar estratégias de adesão e envolvimento dos proprietários. Comentou que a recuperação ambiental deve estar associada à conservação do solo e demais práticas de manejo da propriedade, considerando a aplicação de recursos públicos e a necessidade de resultados efetivos. Por fim, reforçou a importância da articulação entre municípios, órgãos técnicos e instituições parceiras, além da divulgação das oportunidades relacionadas aos PIPs e capacitações. Em seguida, os membros discutiram sobre o assunto e reforçaram a necessidade de ampliar a divulgação das informações, capacitações e recursos disponíveis aos municípios, ressaltando a importância da continuidade técnica diante das mudanças administrativas. Também foram sugeridas ações para fortalecer a articulação com câmaras municipais, associações e demais entidades locais. O Sr. Valdir Luiz Biazotto, representante da P.M de Mogi Mirim apresentou a experiência do município, como a importância de equipes técnicas estruturadas, fiscalização rural e ações de conservação do solo. Concluindo, os membros reforçaram a importância da integração entre municípios, órgãos públicos e entidades para fortalecer a execução das políticas ambientais. **9. Outros assuntos:** O Sr. João Baraldi questionou aos membros sobre outros assuntos. Não havendo manifestações, prosseguiu para o próximo item de pauta. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural e a Sra. Melissa Lucheti, coordenadora-adjunta, agradeceram a presença de todos, e em especial à AEAP pela cessão do espaço, e encerraram a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Melissa Pin Lucheti
Coordenadora-adjunta da CT-Rural